

Socialistas debatem gestão da água e política de ambiente

NO ÂMBITO das comemorações do Dia Nacional da Água, celebrado no passado dia 1 de Outubro, a Secção de Ambiente e Qualidade de Vida do PS promoveu no dia 29 de Outubro, na Sede Nacional, no Largo do Rato, uma sessão de esclarecimento/debate subordinada ao tema “Os Instrumentos do Estado para a Gestão da Água”.

O encontro, que contou com uma larga participação de militantes e de simpatizantes socialistas, e de diversos destacados oradores, como o secretário de Estado do Ambiente, Humberto Rosa, o deputado Marcos Sá, Pedro Serra, presidente do Grupo Águas de Portugal (AdP),

Orlando Borges, presidente do INAG, e de Custódia Fernandes, em representação da Federação do PS da Área Urbana de Lisboa.

Os temas abordados foram as tarifas da água, a orla costeira, os parques naturais e ainda as barragens, entre outros ligados a toda a problemática da gestão do ambiente e da qualidade da vida.

Esta sessão iniciou-se com a visualização de uma curta-metragem sobre os 250 anos do Aqueduto das Águas Livres de Lisboa, seguindo-se as intervenções dos oradores e, por fim, o debate que contou com a larga participação de todos os presentes. **R.S.A.**



Câmara de Portimão baixa impostos às famílias e às empresas

A CÂMARA Municipal de Portimão consagrou um conjunto de iniciativas tendo em vista desagravar a carga fiscal às famílias e às empresas.

Medidas que passam, segundo a edilidade, pela redução dos impostos municipais e pela devolução de 5% do IRS cobrado em 2008.

Com efeito, o município de Portimão, gerido pelo socialista Manuel António da Luz, aprovou uma redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a isenção do Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis (IMT), para jovens entre os 18 e os 35 anos, aquando da aquisição de habitação própria permanente e cujo valor

não ultrapasse os 150 mil euros prevendo ainda devolver 5% do Imposto sobre Retenção na Fonte (IRS).

Esta iniciativa da autarquia de Portimão prevê a redução do IMI de 0,8% para 0,65% dos prédios antigos, e de 0,5% para 0,35% para os edifícios novos e sujeitos a avaliação.

A Câmara quer ainda devolver aos contribuintes 5% do IRS relativo ao corrente ano de 2008, ou seja, a totalidade da percentagem que caberia ao município arrecadar, e que segundo as contas da autarquia rondará os cerca de dois milhões de euros, dinheiro que a autarquia deixará de receber para ajudar as famílias e as empresas.

No total este pacote aprovado pela Câmara de Portimão com o objectivo de aliviar a carga fiscal das famílias e das empresas, representa uma quebra de cerca de 7,4 milhões de euros nos cofres da autarquia para 2009, sendo 4,4 milhões de euros referentes ao IMI, e aproximadamente um milhão de euros de IMT. O restante representa o que a Câmara não cobra referente ao IRS.

Para os responsáveis da autarquia de Portimão, as medidas agora aprovadas vão criar incentivos à compra de casa, “ajudando a dinamizar o mercado”, e a fazer frente, como acrescentam, “à grave crise económica à escala mundial que não dá mostras de abrandar”. **R.S.A.**

PS/Valongo critica desleixo no enriquecimento curricular das escolas do concelho

O DESLEIXO e o marasmo do Executivo municipal de Valongo (PSD) levaram ao atraso na implementação das Actividades de Enriquecimento Curricular (AEC's) nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho.

A denúncia é feita pelo PS local, num comunicado no qual o porta-voz da Concelhia socialista, Afonso Lobão, condena “a forma lamentável como o município tem tratado a questão”.

“São milhares de alunos que

aguardam que as aulas de inglês, música, expressões e actividades desportivas comecem”, referiu o dirigente do PS de Valongo, lembrando que o Ministério da Educação disponibiliza a verba de 262,50 euros anuais por aluno para tais actividades.

“Valongo é um dos poucos concelhos que não ata nem desata. Aliás, este comportamento é já recorrente, pois no ano anterior as actividades extra curriculares tiveram início somente em Janeiro”,

frisa Afonso Lobão.

Os socialistas de Valongo consideram igualmente que “a falta de dinamismo da autarquia” é ainda mais evidente perante os esforços desenvolvidos pelos vários agrupamentos escolares do concelho para que as AEC's se iniciassem ao mesmo tempo que o ano lectivo, criticando ainda a Câmara de Valongo por “não disponibilizar transporte aos alunos para a prática da natação nas piscinas sedeadas nas várias freguesias”.

PS CENSURA COMPORTAMENTO ANTIDEMOCRÁTICO DA CÂMARA DE GAIA



O PS apresentou na Assembleia Municipal de Gaia uma moção de censura à Câmara, por esta edilidade desde há 20 meses não transferir os duodécimos municipais, transferências mensais protocoladas, para cinco juntas de freguesia socialistas (Avintes, Canelas, Madalena, Olival e Oliveira do Douro), “evidenciando uma nítida discriminação político-partidária e um comportamento antidemocrático, nunca antes verificado na autarquia”.

Num comunicado assinado por João Paulo Santos, deputado municipal do PS, condena-se ainda que, “mais uma vez o presidente da Câmara, Luís Filipe Menezes, e o seu vice-presidente, Marco António Costa, não tenham marcado presença na AM”.

Mais uma vez, porque, acrescenta, “o primeiro, desde o início do seu mandato, e o segundo, desde alguns meses a esta parte, têm primado pela ausência nas AM, revelando um desrespeito total por esse órgão e por todos os membros do mesmo”.

Por outro lado, acusa o PS, “o Grupo Parlamentar da maioria PSD/PP, não tendo argumentos válidos e sustentáveis para contestar a evidente discriminação de que as referidas juntas de freguesia socialistas têm sido alvo, procurou desviar as atenções, alegando que o PS, censurando a Câmara apenas pela questão da não transferência dos duodécimos para as juntas em questão, estava de acordo, com a actuação que tem sido adoptada pela mesma, em todas as outras matérias”.

Ora, sustentam os socialistas, “o alegado pela maioria PSD/PP é falacioso e inconsistente, uma vez que, embora, para o PS existissem, e existam, várias matérias em que a edilidade é merecedora de censura, a moção de censura em questão tinha como único objectivo censurar o comportamento discriminatório e antidemocrático da câmara em relação às cinco mencionadas juntas de freguesia do PS”.